

Vol. 30

*Incidente de
Resolução de
Demandas Repetitivas:
contexto, teoria e
aplicação*

Fernando Antônio Oliveira

*Coleção
Direitos fundamentais e acesso à justiça no
estado constitucional de direito em crise*

Coordenador:
Gregório Assagra de Almeida



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Fernando Antônio Oliveira

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Nathalia Torres
(Photo by Simon Matzinger on Unsplash)

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização
prévia do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

OLIVEIRA, Fernando Antônio.

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: contexto, teoria e aplicação
- Coordenação: Gregório Assagra de Almeida - Belo Horizonte: Editora D'Plácido,
2019.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-80444-45-8

1. Direito. 2. Direito geral. I. Título. II. Autor

CDU340

CDD340

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
1. CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO ORDENAMENTO PROCESSUAL BRASILEIRO	23
1.1. Demandas repetitivas	24
1.2. Excessiva dispersão jurisprudencial	28
2. IRDR: ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	37
2.1. Base principiológica sustentadora do IRDR	38
2.1.1. Segurança jurídica	38
2.1.2. Isonomia / igualdade	44
2.1.3. Duração razoável do processo	48
2.1.4. Acesso à Justiça	51
2.2. Princípios possivelmente afrontados pelo IRDR	54
2.2.1. Independência funcional dos magistrados e separação dos poderes	54
2.2.2. Direito de ação	56
2.2.3. Contraditório e ampla defesa	57

2.2.4. Motivação das decisões	60
2.3. Equacionamento: estado ideal de aplicação do IRDR, como instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento no Estado Democrático de Direito	65
3. MICROSSISTEMA BRASILEIRO DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	81
3.1. Molecularização/ Coletivação do tratamento das demandas repetitivas	82
3.1.1. Molecularização/ Coletivação por meio do processo coletivo	83
3.1.2. Molecularização/ Coletivação por meio do gerenciamento de demandas individuais repetitivas	86
3.1.2.1. Mecanismos que repercutem no tratamento das demandas repetitivas: visão geral sobre o ordenamento pátrio	94
3.1.2.2. Microsistema de resolução de demandas repetitivas stricto sensu – instrumentos processuais estrangeiros supostamente semelhantes	105
3.1.2.3. Microsistema de resolução de demandas repetitivas stricto sensu – IRDR e Recursos Repetitivos	112
3.2. Considerações Finais	119
3.2.1. Particularidades do sistema brasileiro de gerenciamento de demandas repetitivas a partir de teses jurídicas	119
3.2.2. Natureza objetiva do IRDR como meio processual	122
4. FASE DE INSTAURAÇÃO E EXAME DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR	131
4.1. Legitimados	133
4.2. Órgãos responsáveis pelo julgamento	143
4.2.1. IRDR nos Tribunais Superiores	143
4.2.2. IRDR no sistema dos Juizados Especiais	147
4.3. IRDR em matéria criminal e no âmbito das “Justiças especializadas”	156
4.4. Pluralidade de IRDR´s suscitados sobre mesma questão	159

4.5. Requisitos para admissão e juízo de admissibilidade.....	163
4.5.1. Efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito.....	163
4.5.2. Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.....	168
4.5.3. Inexistência de afetação ou de tese firmada em recurso repetitivo.....	172
4.5.4. (Im)prescindibilidade de causa pendente no tribunal.....	175
4.6. Delimitação do objeto do incidente e devida fundamentação.....	187
4.7. Providências preliminares à instrução e ao exame de mérito.....	191
4.7.1. Suspensão dos processos pendentes.....	192
4.7.2. Publicidade e comunicação aos órgãos competentes.....	199
4.8. Pedido de suspensão ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial.....	204
5. FASE DE INSTRUÇÃO DO IRDR.....	209
5.1. Sujeitos legitimados à participação na instrução do incidente.....	210
5.2. Atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	217
5.3. Participação da Sociedade e Audiências Públicas.....	218
6. FASE DE EXAME DE MÉRITO DO IRDR.....	219
6.1. Procedimento na sessão de julgamento.....	222
6.2. Formulação da(s) tese(s) jurídica(s).....	223
6.3. Eficácia vinculativa da tese jurídica.....	227
6.4. Recursos sobre a decisão de mérito do IRDR.....	230
6.5. Revisão e superação da tese.....	237
CONCLUSÃO.....	245
REFERÊNCIAS.....	261
ANEXOS.....	279

ANEXO A – Formulário de coleta de dados do exame de admissibilidade.....	279
ANEXO B – Formulário de coleta de dados do exame de mérito.....	284